

CORREIO GRANDE SP

Nico Rodrigues/Câmara Municipal de Guarulhos



Comissão de saúde discutiu sobre animais e saúde

Comissão de Saúde de Guarulhos analisa propostas

Os vereadores da Comissão de Saúde da Câmara de Guarulhos analisaram três Projetos de Lei e um comunicado relacionado à realização de audiência pública para a prestação de contas da Secretaria Municipal da Saúde. Todos os projetos foram analisados pelos parlamentares. O Projeto de Lei 1.780/2018, dos vereadores Rafael Acosta e Carol Ribeiro, proíbe a manutenção de animais em correntes na cidade. A proposta limita o tempo em que o animal pode permanecer preso a duas horas. O projeto também conta com o Substitutivo nº 01. O PL 3.898/2023, da vereadora Carlinda Tinôco, cria uma política de prevenção e combate às amputações em pacientes diabéticos. A proposta sofreu alterações da Comissão de Justiça.

Todos os projetos foram positivados

O PL 212/2025, do vereador Daniel Rodrigues Alves, institui o Laço Azul com Laranja como símbolo oficial da conscientização sobre a dislexia e cria o Dia Municipal da Pessoa com Dislexia no calendário da cidade. A proposta busca ampliar a conscientização sobre o transtorno e incentivar debates sobre inclusão e acompanhamento educacional. Além disso, uma Audiência Pública para prestação de contas foi marcada durante a reunião

Divulgação/Câmara Municipal de Carapicuíba



A Audiência pode ser acessada na íntegra na TV Câmara

Mais de R\$ 1 bilhão em Carapicuíba

A cidade de Carapicuíba contará com um orçamento superior a R\$ 1 Bilhão no ano de 2027. O valor foi anunciado durante Audiência Pública sobre o Projeto de Lei 3.653/2026 (Lei de Diretrizes Orçamentárias). O encontro contou com a participação da equipe da pasta, e dos vereadores Arlen Santos (PODE), que presidiu os trabalhos, e Fabricio Souza (Repu). A reunião foi transmitida ao vivo no canal da Câmara e o vídeo está disponível na TV Câmara. O PL tramita na Casa e, nas próximas semanas, a população poderá sugerir mudanças para a LDO.

Escola do Legislativo em Mogi

A Câmara de Mogi das Cruzes aprovou o Projeto de Resolução nº 15/2025, que cria a Escola do Legislativo no município. A proposta prevê cursos, palestras e oficinas sobre educação política e funcionamento do Poder Legislativo, além de ações ligadas ao Parlamento Estudantil. A Escola ficará ligada à Presidência da Câmara e será administrada por uma comissão de seis integrantes.

Barueri I

Barueri e a Enel assinaram um acordo para a implantação de um projeto de manuseio das árvores na região urbana da cidade. O programa é chamado "Árvore Mais Segura" e visa substituir árvores irregulares, doentes, deterioradas ou danificadas por fatores climáticos como acidentes de trânsito.

Barueri II

Os exemplares serão removidos e substituídos por espécies adequadas ao ambiente urbano. Quando a árvore possuir um risco de queda, a substituição vai acontecer de maneira planejada, prevenindo acidentes. As ações de retirada não serão realizadas de forma aleatória, as árvores passarão por uma avaliação.

São Caetano I

São Caetano recebeu a visita de um auditor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) para supervisionar contratos ligados à implantação do Centro de Processamento de Dados (CPD), da sala de operação e da sala de gerenciamento de crise voltadas à ampliação do programa Smart Sanca.

São Caetano II

O auditor foi recebido por servidores da Sejur, que afirmaram que a visita reforça a transparência da Prefeitura na gestão dos recursos públicos e no relacionamento com o TCESP. Eles também destacaram a importância das orientações do órgão para melhorar a gestão contábil, financeira, operacional e patrimonial do município.

Suzano I

Suzano receberá uma audiência pública da Comissão de Finanças, Orçamentos e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). A reunião irá discutir o orçamento estadual de 2027 e será realizada nesta segunda-feira (18), na Câmara de Suzano e será transmitida pela TV Alesp.

Suzano II

A audiência busca ouvir a população e as necessidades do cada município e região. O público poderá dar sugestões e acompanhar a definição dos investimentos estaduais de 2027. A Comissão de Finanças da Alesp deverá destinar emendas ao orçamento estadual para as regiões que sediarão as audiências



Empresa diz ter adotado medidas para reforçar operação

Enel defende serviço em SP e questiona processo

Empresa afirma à Aneel que indicadores superam média

Da Redação

A distribuidora de energia Enel apresentou defesa à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contestando o processo administrativo que pode levar ao encerramento de sua concessão na capital paulista e em cidades da região metropolitana. No documento, a companhia sustenta que o procedimento seria inválido e afirma que seus indicadores de desempenho estão acima da média nacional do setor.

O processo foi aberto pela agência reguladora após sucessivos episódios de falta de energia registrados nos últimos anos em São Paulo, especialmente durante temporais que deixaram milhares de imóveis sem fornecimento elétrico por períodos prolongados. A Aneel avalia se houve descumprimento de metas de qualidade e de obrigações previstas no contrato de concessão.

Na manifestação enviada à agência, a Enel argumenta que parte das exigências feitas durante a fiscalização não estaria prevista originalmente no contrato firmado com o poder público. A empresa também afirma ter adotado medidas para reforçar a operação e reduzir o impacto das interrupções no abastecimento de energia. Segundo a concessionária, houve diminuição expressiva dos desligamentos prolongados desde 2023.

A defesa da distribuidora integra um processo que se tornou um dos principais embates regulatórios do setor elétrico nos últimos anos.

O caso ganhou maior repercussão após grandes apagões ocorridos na Grande São Paulo, que provocaram críticas de consumidores, autoridades municipais, estaduais e federais. As ocorrências também levaram à abertura de investigações e ao aumento da pressão política sobre a concessionária.

Entre os pontos apresentados pela empresa está a alegação de que os índices usados para medir a qualidade do fornecimento mostram desempenho compatível ou superior ao de outras distribuidoras brasileiras. A Enel também questiona critérios técnicos adotados durante o processo administrativo e pede reavaliação de parte das análises feitas pela Aneel.

A agência reguladora ainda deverá analisar a documentação antes de decidir os próximos passos do processo. Caso a caducidade da concessão seja confirmada, a empresa poderá perder o direito de operar o serviço de distribuição de energia elétrica na região atendida atualmente. A decisão final envolve etapas técnicas e jurídicas e pode ser alvo de recursos administrativos e judiciais.

Enquanto o processo segue em análise, o desempenho da concessionária continua sendo monitorado por órgãos reguladores. Dados recentes divulgados pela Aneel apontaram piora da posição da Enel São Paulo em rankings nacionais de qualidade do serviço entre distribuidoras de grande porte.